

**Extensão da Prestação do Serviço de Coordenação de Segurança e Saúde da  
Empreitada de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante (4 meses)**

**CADERNO DE ENCARGOS**

### **1 - Objecto do contrato**

O contrato a celebrar visa a **Extensão da Prestação do Serviço de Coordenação de Segurança e Saúde da Empreitada de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante por 4 meses.**

### **2 - Prazo para o início da execução do contrato**

Cinco dias após a assinatura do contrato.

### **3 - Prazo de execução**

O prazo de execução do serviço será de 4 meses, desde a data do término do contrato precedente, até ao previsível término da empreitada (27/04/2022).

### **4 - Penalidades**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $P = V * A / 500$ , em que  $P$  corresponde ao montante da penalidade,  $V$  é igual ao valor da fase em atraso e  $A$  é o número de dias em atraso.

### **5 - Objecto do dever de sigilo**

O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Amarante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

### **6- Preço base**

O preço base, sendo entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade das prestações, no presente procedimento é de **€ 4.880,00**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A fixação do preço base teve em conta os custos correntes de mercado, em procedimentos similares.

### **7 - Caução**

Não há lugar à prestação de caução.

## **8 - Condições de pagamento**

O Município de Amarante compromete-se a efetuar o pagamento, desde a adjudicação desta prestação até ao término da empreitada, alvo de prorrogação de 4 meses, da seguinte forma:

**4 prestações** mensais de **1.220,00 euros**, desde a adjudicação desta prestação e ao longo da execução da obra, até à conclusão da mesma, previsivelmente em 27/04/2022.

## **9 - Resolução por parte do contraente público**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

## **10 - Foro competente para a resolução de litígios**

As questões emergentes da execução do contrato serão dirimidas pelo Tribunal competente, em razão da matéria, da área do Município de Amarante, depois de esgotados os meios amigáveis para a sua resolução.

## **11 - Obrigação da manutenção das propostas**

O concorrente é obrigado a manter as respectivas propostas pelo prazo de **66** dias ou superior, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

## **12 - Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

## **13 - Documentos de habilitação**

Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código de Contratos Públicos (adiante designado de CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de Agosto e sucessivas alterações;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.

c) Declaração do Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do diploma Lei 89/2017 de 21 de agosto.

#### **14 – Serviço a desenvolver**

O serviço a desenvolver consiste na prestação dos serviços de Coordenação de Segurança na empreitada de Reabilitação do Cine-Teatro de Amarante, sito na Avenida General Silveira da referida cidade de Amarante, contemplando a comunicação e articulação com a ACT, a validação prática do PSS proposto pelo Empreiteiro, o zelo pelas condições de segurança da obra e do pessoal que nela trabalha, a manutenção atualizada do sistema de gestão de subempreiteiros, trabalhadores e equipamentos, acompanhamento da implementação das medidas corretivas em obra, validação técnica dos procedimentos de segurança a serem implementados em obra, elaborar relatórios de acompanhamento de trabalhos.

O serviço a desenvolver será prestado nos termos previstos no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, ou seja, em termos gerais deve cumprir e fazer cumprir o estabelecido na legislação aplicável à Construção, Segurança, Higiene e Saúde, Ruído, Resíduos e Ambiente.

#### **15 - Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o CCP.